

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

COORDENADOR



IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

QUESTÕES PONTUAIS DO CURSO DA APET

Hugo de Brito Machado
Hugo de Brito Machado Segundo
Edison Carlos Fernandes
Marcos Vinicius Neder
Kiyoshi Harada
Gilberto de Castro Moreira Junior
Antenori Trevisan
Gilson Wessler Michels
José Antonio Minatel
Raquel Cavalcanti Ramos Machado

Ives Gandra da Silva Martins
Marilene Talarico Rodrigues
Andrea Nogueira Neves
Orlando José Gonçalves Bueno
Carmine Rulle
André Ricardo Passos de Souza
Fabiana Ulson Zappa
Julia de Menezes Nogueira
Pedro Anan Junior
Raquel do Amaral de Oliveira Santos

MP
EDITORA

Revisão Erika Sá
Edição Pedro Barros
Diretor responsável Marcelo Magalhães Peixoto

P245

Parcerias público-privadas
/ Sérgio Augusto Zampol Pavani, Rogério Emilio de
Andrade, Rogério Emilio de, Dileza, Gustavo, et
al

FICHA CATALOGRÁFICA

Inclui bibliografia.
ISBN 85-98848-20-4

1. Parceria público-privada. 2. Contratos
administrativos. I. Pavani, Sérgio Augusto Zampol. II.
Andrade, Rogério Emilio de, 1968-.

06-0076.

CDU 34:351.712

Todos os direitos desta edição reservados a

MP Editora
Av. Paulista, 2202, cj. 51
São Paulo-SP 01310-300
Tel./Fax: (11) 3171 2898
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
APRESENTAÇÃO	13
OS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	15
<i>André Ricardo Passos de Souza</i>	
1. Da delimitação do estudo	15
2. Do regime jurídico aplicável aos juros sobre o capital próprio	15
2.1. Histórico legislativo	15
2.2. Natureza jurídica	16
2.3. O entendimento das autoridades administrativas	21
3. Do regime tributário aplicável aos juros sobre o capital próprio	24
3.1. No âmbito do IRPJ e da CSLL	24
3.2. No âmbito do IRPF	25
4. Conclusão	25
INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA NAS TRANSFERÊNCIAS ENTRE SEGUROS DE VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	27
<i>Andrea Nogueira Neves e Fabiana Ulson Zappa</i>	
1. Introdução	27
2. Do fato gerador do Imposto de Renda	28
2.1. Limitações constitucionais	28
2.2. Conceito legal de renda	30
2.3. Disponibilidade econômica e jurídica	32
3. Da portabilidade: ausência da disponibilidade econômica da renda	35
4. Conclusão	43
5. Bibliografia	43
PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	45
<i>Antenori Trevisan</i>	
1. Introdução	45
1.1. Margem de divergência	48
2. Conceito de pessoa vinculada	48
3. Métodos aplicáveis na importação	50
3.1. Método dos Preços Independentes Comparados (PIC)	51
3.2. Método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL)	53
3.3. Método do Custo de Produção mais Lucro (CPL)	56
3.4. Contabilização do valor que excede ao preço-parâmetro	57
4. Métodos aplicáveis na exportação	58
4.1. Dispensa de comprovação de preços de transferência na exportação	60
4.2. Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx)	61
4.3. Método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVA)	61
4.4. Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVV)	62

4.5. Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP)	62
5. Juros	63
6. Elementos complementares de prova	63
7. Conquista de novos mercados	64
8. Alteração de percentuais	64
9. Procedimentos de fiscalização	65
TRIBUTAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITALIS	67
<i>Carmine Rulle</i>	
1. Introdução	67
2. Mercado financeiro	67
3. Mercado de capitais	68
4. Aspectos jurídicos dos mercados	69
5. Aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável	69
5.1. Aplicação financeira de renda fixa	70
5.2. Aplicação financeira de renda variável	70
5.3. Renda fixa: produtos e tributação	71
5.4. Renda variável: produtos e tributação	74
6. Considerações finais	79
AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO: ASPECTOS RELEVANTES PARA O IMPOSTO SOBRE A RENDA	81
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1. Tipos de investimento e necessidade de avaliação	81
2. Investimento especulativo	82
3. Investimento permanente não relevante	82
4. Investimento permanente relevante	86
5. Ágio e deságio nas reestruturações societárias	92
IMPOSTO DE RENDA: ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS SOB A FORMA DE RECEITAS, LUCROS, GANHOS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	97
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1. O Imposto de Renda na Constituição Federal	97
2. Imposto de Renda no Código Tributário Nacional	99
3. As diversas formas de acréscimo patrimonial	103
4. O lucro e a receita como medidas do fato gerador do IRPJ	106
5. Conceito jurídico e contábil de receita	108
6. Ganhos de capital e rendimentos	115
7. As transferências de capital	116
DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS (DDL)	121
<i>Gilberto de Castro Moreira Junior</i>	
1. Introdução (fundamentação legal)	121
2. Conceito de pessoa ligada e de valor de mercado	128
3. Hipóteses de DDL e penalidades	132
4. Conclusões	137

PRESUNÇÕES LEGAIS, AMPLIAÇÃO DOS PODERES FISCALIZATÓRIOS E O BALANCEAMENTO ENTRE EFICIÊNCIA E EQÜIDADE	139
<i>Gilson Wessler Michels</i>	
1. Introdução	139
2. A questão do sigilo bancário	142
2.1. A evolução legal do sigilo bancário	142
2.2. A relativização do sigilo bancário na visão dos Tribunais	144
2.3. A quebra administrativa do sigilo bancário pelo Fisco na visão dos Tribunais	147
2.4. As razões e as conseqüências do embate	149
3. A hipótese de omissão de receitas vinculada aos depósitos bancários de origem não comprovada	151
3.1. A extensão do ônus da prova do contribuinte	155
3.2. Controvérsias acerca dos limites postos no inciso II do § 3º	167
3.3. Controvérsias acerca do que se entende por "comprovar a origem dos depósitos bancários"	168
3.4. Controvérsias acerca da dedução dos valores declarados do montante dos depósitos bancários não comprovados	172
3.5. A atitude dolosa aferida a partir de presunção legal	173
4. Considerações finais	173
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE E RENDIMENTOS MENSIS ACUMULADOS	175
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
1. Introdução	175
2. O julgado em questão e a letra da Lei	176
3. Interpretação adequada da lei	178
3.1. Elemento sistêmico	178
3.2. Elemento tópico	179
4. Outras situações às quais se aplica a tese do julgado	179
4.1. O julgado como norma	179
4.2. Aumento da alíquota	180
4.3. Outras entidades públicas como fontes pagadoras	180
4.4. Entidade privada como fonte pagadora	181
4.5. Outros rendimentos	181
5. Acumulação em virtude de acordo com a fonte	181
5.1. Possibilidade de acordo	181
5.2. O fato gerador do Imposto de Renda na fonte	182
O IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS E OS RESULTADOS VERIFICADOS NO EXTERIOR	183
<i>Hugo de Brito Machado Segundo e Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i>	
1. Introdução	183
2. Conceito constitucional de renda	185
3. A incomunicabilidade dos prejuízos sofridos no exterior com os lucros auferidos no Brasil	187
3.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	190
4. O momento fictício da disponibilidade do rendimento imposto: a data dos balanços	194
4.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	198

5.	Princípio da proporcionalidade e as medidas adotadas para determinar a base de cálculo do Imposto de Renda incidente sobre os "resultados" obtidos no exterior	201
6.	Conclusão	205
INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 342 DO REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA – NÍTIDO DISPOSITIVO ANTI-FRAUDE – TRATAMENTO JURÍDICO DOS JUROS NOS ATRASOS DE PAGAMENTO DO PODER PÚBLICO – PARECER		207
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>		
1.	Consulta	207
2.	Resposta	208
PAGAMENTO SEM CAUSA, OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO: IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE 35% A TÍTULO DE IR-FONTE		235
<i>José Antonio Minatel</i>		
1.	Identificando o problema	235
2.	Histórico da criação da regra jurídica em comento	237
3.	Regra sancionatória: uso incompatível com a técnica da substituição tributária	239
4.	Presunção indevida de "renda"	241
5.	Limites para aplicação da penalidade prevista no art. 61 da Lei nº 8.981/95	242
6.	Síntese conclusiva	245
ASPECTOS RELEVANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE		247
<i>Julia de Menezes Nogueira</i>		
1.	Aspectos constitucionais do Imposto sobre a Renda na fonte	248
1.1.	O "conceito constitucional de renda"	248
1.2.	Verbos "auferir" x "pagar": aspectos constitucionais	249
1.3.	A "fonte pagadora" como sujeito passivo da obrigação tributária	250
1.4.	Os princípios constitucionais específicos do Imposto sobre a Renda	250
1.5.	A "periodicidade" do Imposto sobre a Renda	250
1.6.	O princípio da progressividade	251
2.	O Código Tributário Nacional e o Imposto sobre a Renda na fonte	251
2.1.	A delimitação da competência da União pelo art. 43 do CTN	252
2.2.	A distinção entre "contribuinte" e "responsável" no CTN	253
2.3.	A sujeição passiva tributária e o Imposto sobre a Renda na fonte	254
2.4.	Solidariedade	254
2.5.	Sucessão tributária	254
2.6.	Responsabilidade de terceiros	254
2.7.	Substituição tributária	255
3.	As regras-matrizes do Imposto sobre a Renda e suas normas auxiliares	256
3.1.	As normas de retenção e de crédito	256
3.2.	Autonomia das normas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte	258
3.3.	Normas sancionatórias	258
3.4.	Autonomia entre o IR na fonte e o IR devido ao final do período de apuração	259
3.5.	A responsabilidade tributária exclusiva da fonte pagadora	260
3.6.	Exclusão da responsabilidade do beneficiário	261
4.	A legitimidade ativa para pleitear repetição de indébito de IR fonte	263
5.	Validade do IR definitivo e do IRF exclusivo	264
6.	Conclusão	266

IMPOSTO DE RENDA DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO. ENTREGA DA DECLARAÇÃO CORRESPONDENTE AO INÍCIO DO EXERCÍCIO ATÉ A DATA DA DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO. CONSEQÜÊNCIAS	267
<i>Kiyoshi Harada</i>	
Consulta	267
Parecer	268
1. Da possibilidade de alterar a modalidade de apuração do tributo no curso do exercício financeiro	268
2. Da constituição do crédito tributário e das modalidades de lançamento	270
3. Da extinção do crédito tributário	271
3.1. Da prescrição e da decadência em matéria tributária	272
4. Da natureza jurídica do lançamento do IRPJ e a contagem do prazo decadencial	274
5. Da não-interrupção do prazo decadencial e da não-sujeição da Fazenda Pública ao concurso de credores	278
6. Conclusão	279
SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS À OMISSÃO NO RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO COM BASE NO LUCRO REAL ANUAL	281
<i>Marcos Vinicius Neder</i>	
1. A temática do problema	281
2. Brevíssima abordagem da tributação das pessoas jurídicas pelo lucro real	283
3. Sanção em face dos princípios da legalidade e da proporcionalidade	284
4. Algumas considerações sobre norma que instituiu a penalidade isolada	287
5. As dificuldades na aplicação da multa isolada nos casos em que se verifica prejuízo fiscal ao fim do ano-calendário	290
6. Do comportamento da jurisprudência	292
7. Conclusão	294
O IMPOSTO DE RENDA E O PESO DA CARGA SOBRE A EDUCAÇÃO	295
<i>Marilene Talarico Martins Rodrigues</i>	
1. O limite para abatimento de despesas com instrução para a pessoa física e seus dependentes	298
2. O peso da tributação na educação	301
O CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RENDA E A TRIBUTAÇÃO SOBRE AFERIÇÃO DE LUCROS POR COLIGADAS NO EXTERIOR	305
<i>Orlando José Gonçalves Bueno</i>	
1. Introdução	317
2. Disciplina legal	318
2.1. Incorporação	318
2.2. Fusão	318
2.3. Cisão	319
2.4. Tipos societários envolvidos na operação	319

3.	Documentos societários	320
4.	Aspectos relativos ao IRPJ e à CSLL	320
4.1.	Encerramento de período-base	320
4.2.	Declaração de Informações Econômicas Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e pagamento de tributos	321
4.3.	Direito à compensação de prejuízos fiscais / bases negativas da CSLL	322
4.4.	Incorporação de empresa superavitária por empresa deficitária	323
4.5.	Limitação à compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL	323
4.6.	Realização do lucro inflacionário	324
4.7.	Reserva de reavaliação	324
4.8.	Valores de apropriação diferida – controlados na Parte B do LALUR	325
4.9.	Ganhos e perdas de capital na incorporação, fusão ou cisão	325
4.10.	Incorporação, cisão ou fusão de investimento com ágio/deságio	326
5.	Aspectos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	327
6.	Aspectos relativos ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e direitos a eles relativos – ITBI	328
7.	Sucessão ao direito de fruição do incentivo fiscal	328
8.	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	328
9.	Responsabilidade tributária	329
10.	Transferência de créditos tributários	330
11.	Contribuição ao PIS/PASEP/COFINS – regime não-cumulativo	330
OS GANHOS DE CAPITAL DAS PESSOAS FÍSICAS		331
<i>Raquel do Amaral de Oliveira Santos</i>		
1.	Introdução	331
2.	Noções essenciais	331
2.1.	Aspectos gerais	331
2.2.	A regra-matriz de incidência	333
3.	Casos específicos	336
3.1.	Ganhos de capital na alienação de imóveis	336
3.2.	Ganhos de capital na alienação de participações societárias	339
3.3.	Ganhos de capital em moeda estrangeira	341
3.4.	Ganhos de capital na sucessão causa mortis, na doação e na dissolução da sociedade conjugal ou união estável	342

PREFÁCIO

A coletânea de estudos que Marcelo e eu trazemos à reflexão dos leitores – todos voltados à temática do mais complexo tributo do sistema brasileiro, ou seja, o Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza – constitui mais um esforço de uma plêiade de juristas e professores, na busca de equacionar questões polêmicas que remanescem no perfil do referido imposto.

A temática é variada, assim como a formação dos diversos autores que, aceitando o convite que a editora fez, dele participam.

Creio que se trata de uma obra de indiscutível utilidade profissional. É voltada mais ao dia-a-dia do operador de Direito que, propriamente, à meditação acadêmica, embora possa ser utilizada para pesquisas específicas no âmbito de cada uma das matérias aqui tratadas.

É, todavia, ao deslindar questões polêmicas, que atormentam o cotidiano do profissional de Direito, que a obra se revela de particular atualidade, pois todos os assuntos abordados merecem aprofundamento, por sua densa complexidade.

Alegra-me, pois, coordenar mais um livro com meu jovem amigo e brilhante operador de Direito, Marcelo Magalhães Peixoto, esperando que tenha boa aceitação no mercado editorial.

Ives Gandra da Silva Martins